



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
COORDENAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL

**MARIA ALICE LIMA DO NASCIMENTO**

**A ÉTICA E O SERVIÇO SOCIAL: IMPLICAÇÕES E DESAFIOS PARA A  
EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL**

Campina Grande/PB

2012

**MARIA ALICE LIMA DO NASCIMENTO**

**A ÉTICA E O SERVIÇO SOCIAL: IMPLICAÇÕES E DESAFIOS PARA A  
EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao curso de Serviço  
Social da Universidade Estadual da  
Paraíba como pré-requisito para  
obtenção do título de bacharela em  
Serviço Social.

Orientadora: **Profa. Dra. Adriana Freire Pereira Férriz**

Campina Grande/PB

2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL CIA 01 – UEPB

N244e Nascimento, Maria Alice Lima do.

A ética e o Serviço Social implicações e desafios para a efetivação do projeto ético-político profissional./ Maria Alice Lima do Nascimento. – 2012.  
28f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2012.

“Orientação: Profa. Dra. Adriana Freire Pereira Férriz, Departamento de Serviço Social”.

1. Código de ética. 2. Serviço social 3. Desafios I. Título.

21. ed. CDD 361.3

MARIA ALICE LIMA DO NASCIMENTO

**A ÉTICA E O SERVIÇO SOCIAL: IMPLICAÇÕES E DESAFIOS PARA A  
EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao curso de Serviço  
Social da Universidade Estadual da  
Paraíba como pré-requisito para  
obtenção do título de bacharela em  
Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

*Adriana Freire Pereira Ferriz*

\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Adriana Freire Pereira Ferriz – DSS/UEPB  
Orientadora

*Thereza Karla de Souza Melo*

\_\_\_\_\_  
Profa. MS. Thereza Karla de Souza Melo – DSS/UEPB  
Examinadora

*Heloísa Gomes Bandeira*

\_\_\_\_\_  
Profa. MS/Heloísa Gomes Bandeira – DSS/UEPB  
Examinadora

Campina Grande/PB

2012

*Dedico este trabalho a todas as  
pessoas que sempre estiveram  
comigo, em especial a minha mãe  
que é e sempre será o maior  
exemplo da minha Vida.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por ter me concedido a realização de mais um sonho, por sempre fortalecer em meu coração o sentimento de Fé, Esperança e Amor e por me mostrar todos os dias mesmo que das maneiras mais simples que ele esta comigo em todos os momentos.

A minha amada mãe e amiga, na qual sou grata por todos os sacrifícios que fez para me criar e me tornar a pessoa que sou hoje. Ela é meu espelho e minha maior motivação para nunca desistir dos meus sonhos Ela é meu exemplo e meu orgulho.

A meu namorado Ramon Guimarães, por sempre segurar minha mão nos momentos difíceis, por enxugar minhas lágrimas nos momentos de tristeza, por nunca me deixar desistir nunca, por me dar sempre uma palavra amiga e por me ensinar que apesar de tudo “rir ainda é o melhor remédio”.

Aos meus irmãos, que apesar de todas as brigas e desentendimento sempre estão comigo e que são meus valiosos tesouros,

Aos meus familiares, e em especial as minhas Madrinhas e Padrinho Vera Ciete, Sonia Lima, Maria de Lurdes e Danilo, por tudo que fizeram por mim durante toda a minha vida e mesmo tão distantes.

As minhas amigas e irmãs: Yane Carla, Joyce Kely, Tatiana Rayane, Taiane Ferreira e Airla Patriota, por todos os momentos Felizes, pelas confidências e desabafos, pelos momentos de descontração, pelos momentos de aprendizado e principalmente pelos momentos difíceis, pois foram neles que tive a certeza de que Deus havia me presenteado com as melhores companheiras do mundo.

E a minha querida orientadora de estágio e TCC Adriana Férriz da qual levarei ótimas recordações e que servirá de espelho para meu desenvolvimento enquanto profissional.

Muito obrigado a todos!

Vocês fazem e farão parte da minha história para sempre.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>08</b>
<b>2</b>	<b>A ÉTICA E O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL .....</b>	<b>10</b>
2.1	CONSIDERAÇÕES ACERDA DA ÉTICA .....	10
2.2	A ÉTICA E O SERVIÇO SOCIAL .....	13
2.3	O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL .....	15
2.4	OS CÓDIGOS DE ÉTICA DO SERVIÇO SOCIAL .....	17
<b>3</b>	<b>O ATUAL CÓDICO DE ÉTICA DO SERVIÇO SOCIAL .....</b>	<b>20</b>
3.1	AS IMPLICAÇÕES E OS DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA PRÁTICA PROFISSIONAL.....	23
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>26</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>27</b>

# **A ÉTICA E O SERVIÇO SOCIAL: IMPLICAÇÕES E DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL**

**MARIA ALICE LIMA DO NASCIMENTO**

**RESUMO:** O presente trabalho apresenta os resultados da pesquisa bibliográfica que enfoca a discussão da ética no âmbito do Serviço Social, com destaque para o Código de Ética do assistente social promulgado em 1993. O objetivo geral foi refletir sobre o conteúdo do Código de Ética de 1993 que inaugura uma normatização “renovada” para a prática profissional dos assistentes sociais brasileiros. Os objetivos específicos foram: verificar de que forma o referido código vem ocupando espaço no fazer profissional dos assistentes sociais, bem como perceber desafios que os Assistentes Sociais encontram para o desenvolvimento de sua prática profissional orientada por este Código. Buscou-se fazer uma breve apresentação dos primeiros Códigos de Ética que regeram a profissão, bem como quais os direcionamentos que eles davam para o desenvolvimento da prática profissional. A metodologia utilizada para sua construção se deu através da pesquisa bibliográfica. Portanto, foi possível perceber que embora a profissão seja pautada em um projeto ético-político a prática dos profissionais se faz através de desafios que acabam por limitar a efetivação concreta desse projeto.

**Palavras-chave:** Código de Ética, Serviço Social, Desafios.

**Abstract:** This paper presents the results of the literature that focuses on the discussion of ethics in the context of Social Services, particularly the Code of Ethics promulgated social worker in 1993. The overall goal was to reflect on the content of the Code of Ethics of 1993 that inaugurated a normalization "renewed" for the professional practice of social workers in Brazil. The specific objectives were: to determine how such a code has been occupying space in the professional social workers, as well as understand the challenges that Social Workers are to develop their professional practice guided by this Code. We tried to make a brief presentation of the first codes of ethics that governed the profession, as well as what they gave directions for the development of professional practice. The methodology used for its construction was made through the literature search. Therefore, it was revealed that although the profession is guided by an ethical-political practice of professionals is through challenges that ultimately limit the concrete realization of this Project.

**Keywords:** Code of Ethics, Social Service, Challenges.

## 1 INTRODUÇÃO

A história da sociedade brasileira nas décadas de 1970 e 1980 foi marcada pela luta dos setores democráticos contra a Ditadura Militar, bem como pela concretização da liberdade política da população. Valores e práticas até então secundarizados, adquiriram novas formas contribuindo para o aumento de reivindicações em prol da cidadania. Em especial para o Serviço Social, essa experiência contribuiu para o debate sobre compromisso ético-político e da avaliação da qualidade dos seus serviços.

Foi nesse período que o Serviço Social passou por um longo processo de renovação. De acordo com as mudanças que vinham ocorrendo na sociedade brasileira e com o próprio acúmulo profissional, a profissão passou a se desenvolver teoricamente. A mesma laicizou-se e no início dos anos 1990 se apresentou enquanto uma profissão reconhecida academicamente e legitimada pela sociedade.

Nesse sentido, partimos do pressuposto de que a ética é indispensável para a prática profissional de qualquer assistente social. A ética ocupa um lugar de destaque no âmbito do serviço social desde a criação do primeiro código de ética em 1947.

A dinâmica que conduziu a consolidação profissional do Serviço Social veio se materializando em conquista teóricas e ganhos práticos que foram se revelando das mais diversas formas no universo profissional. No tocante ao plano da reflexão e normatização ética, o Código de 1986 foi uma clara expressão das conquistas adquiridas através da negação da base filosófica tradicional claramente conservadora que norteava a “ética da neutralidade”.

Os avanços que os códigos de ética profissional sofreram até se constituir o atual código de 1993 se deram através de um grande processo de luta para se romper com o conservadorismo que cercava a profissão, gerando assim uma nova moralidade, fundamentada nos valores emancipatórios e em uma direção social que os traduzia em práticas concretas.

Assim sendo, será na década de 1980 que se concretizará a aproximação do serviço social com a obra marxiana, momento em que a

profissão passa a ser reconhecida, academicamente, e legitimada pela sociedade.

Na década atual, o Serviço Social continua com seu processo de renovação no contexto brasileiro, decorrente das inúmeras mudanças que vem ocorrendo na nossa sociedade, bem como por seu próprio acúmulo profissional. O código de ética de 1993 é decorrente da revisão sofrida pelo código de 1986, quando se percebeu a necessidade de se objetivar com mais ênfase as implicações dos princípios que foram conquistados naquele documento, tanto no que cabe a seus parâmetros éticos, quanto para possibilitar uma melhor instrumentalização dos profissionais durante o exercício profissional.

Ao se falar em ética e, principalmente, em ética profissional, fala-se em um conjunto de valores socialmente estabelecidos. Nesse sentido, ao falar-se em ética profissional, não podemos resumi-la a um conjunto de condutas normativas que devem ser vistas como regras impostas na sociedade e sim como um conjunto de valores que cada pessoa acredita.

Uma das maiores motivações para a escolha dessa temática bem como de ter optado por um artigo teórico se deu através do componente curricular Ética Profissional, o qual aborda o que é ética e quais seus princípios e valores, bem como do componente curricular Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III, através do aprofundamento do projeto ético-político da profissão.

Foi nesse momento que compreendemos qual o papel do Serviço Social na sociedade e qual sua importância. Com isso, percebemos como deve se dar a prática dos profissionais e que seu desenvolvimento se dá através de uma série de fatores, como a miséria, a exploração, dentre tantos outros que contribuem para o agravamento da questão social hoje cada vez mais latente no mundo.

O objetivo geral da nossa investigação foi analisar o conteúdo do Código de Ética de 1993, que inaugura uma normatização “renovada” para a prática profissional dos assistentes sociais brasileiros. Os objetivos específicos foram: verificar de que forma o referido código vem ocupando espaço no fazer profissional dos assistentes sociais, bem como analisar os desafios que os

Assistentes Sociais encontram para o desenvolvimento de sua prática profissional orientada por este Código.

Para se alcançar os objetivos propostos foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica, embasando-se em um estudo aprofundada de todos os Códigos que fundamentaram o desenvolvimento da prática do Serviço Social até a criação do atual código.

## **2 A ÉTICA E O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL**

Há aproximadamente duas décadas, a discussão da ética, antes restrita ao campo da filosofia, ampliou-se para as mais diferentes áreas do saber, passando a ser discutida em diversos campos da vida social. No campo da cotidianidade, a mesma se faz através de prescrições moralista, se apresentando assim enquanto uma alternativa social conservadora, incentivando o senso comum a permanecerem com seus valores sociais.

Nesse sentido, a sociedade burguesa baseia sua ética segundo o princípio liberal, partindo de que a “liberdade de cada indivíduo é o limite para a liberdade do outro”. Com o repetitivo discurso existente na mídia de incentivar direta ou indiretamente o *ethos* liberal da burguesia, a violência, o moralismo e o conservadorismo fortaleceram a descrença na política em seu sentido democrático, fortalecendo assim os apelos a ordem e a busca de uma solução moral para a crise social existente.

### **2.1 CONSIDERAÇÕES ACERDA DA ÉTICA**

O termo ética deriva do grego *ethos*, que significa: caráter, modo de ser de uma pessoa.. A ética é considerada como algo que é construído pela sociedade com base em seus valores históricos e culturais. Do ponto de vista da filosofia, a ética pode ser descrita como a ciência que estuda os valores e princípios de uma determinada sociedade ou grupo.

Embora limitada, a ética se faz cotidianamente através de atos morais singulares, mais ou menos conscientes e livres; pode se objetivar através de ações motivadas por valores e teleologias dirigidas a realização de direitos e conquistas coletivas; pode ser capaz de efetuar a crítica radical da moral do seu tempo, oferecendo elementos para a compreensão das possibilidades éticas e morais do futuro. Embora momentânea, pode se estabelecer como mediação entre a singularidade do indivíduo moral e a sua dimensão humano genérica, objetivando-se como parte da práxis social (BARROCO, 2009, p. 3).

Nesse sentido, as escolhas são baseadas em juízos de valores. Objetos e ações são avaliados e passam a ser considerados como úteis ou inúteis corretos ou incorretos, fazendo com que toda ação consciente propicie o entendimento de que a gênese do valor e das alternativas seja dada pela avaliação subjetiva dos indivíduos.

Segundo Lukács (1979), é pela apropriação do processo de constituição histórica do ser social que uma ética fundada ontologicamente pode ser compreendida, tendo por base os pressupostos ontológicos de Marx<sup>1</sup>

Liberdade, valor, consciência e alternativas estão articuladas. Com o desenvolvimento do trabalho e da sociabilidade, a escolha entre alternativas não se restringe à escolha entre duas possibilidades, mais entre o que possui e o que não possui valor e como esses valores podem praticamente objetivados (LUKÁCS, 1981, p. 28).

Fica claro, assim, que o ser humano é dotado de capacidades que lhes possibilitam a liberdade de escolha racional e consciente entre alternativas de valor, de projetar teologicamente tais escolhas, agindo de modo a objetivá-las, buscando assim interferir na realidade social em que vive, de acordo com princípios, valores e projetos éticos, políticos, em condições sócio-históricas determinadas.

Para o método de Marx, “a ética é uma parte, um momento da práxis humana em seu conjunto” (LUKÁCS, 2007, p. 72). Assim, a ética tem por objetivo a transformação dos homens entre si, de seus valores, fazendo com

---

<sup>1</sup> Trata-se da fundamentação que – ao explicitar o processo de (re) produção do ser social e dos valores na história – dá suporte para a concepção ética do Código de ética do Assistente Social (1993).

que os mesmos apresentem posicionamentos, escolhas, motivações envolvendo a consciência, as formas de sociabilidade e a capacidade teleológica dos indivíduos, objetivando assim a liberdade, a universalidade e a emancipação do gênero humano.

Como práxis, o trabalho é a base ontológica primária da vida social; mediação que efetiva objetiva e subjetivamente o intercâmbio entre os homens e a natureza, pondo em movimento um processo incessante de {re} criação de novas necessidades; ampliando os sentidos humanos, instaurando atributos e potencialidades especificamente humanas (BARROCO, 2009, p. 4).

O agir consciente dos indivíduos traz a ideia de que o mesmo é capaz de transformar respostas em novas perguntas, bem como suas necessidades em novas formas de satisfação, uma vez que só o homem é um ser capaz de agir teleologicamente, projetando sua ação com base em escolhas de valor, de maneira que o produto de sua ação passe a materializar sua autoconsciência como sujeita da práxis.

Não se pode falar em ética sem que se faça necessário articulá-la com a moral. Sua origem se deu através da necessidade de regulamentação do comportamento dos indivíduos, cumprindo assim sua função social no processo de reprodução das relações sociais, contribuindo para a formação de costumes, orientando a conduta dos indivíduos no que competem as normas e deveres. São os homens que criam as normas e os valores, mas sua autonomia em face das escolhas morais é relativa às condições de cada contexto histórico.

O ato moral supõe a adesão consciente e voluntária dos indivíduos aos valores éticos e às normas morais, ou seja, implica a convicção íntima do sujeito em face dos valores e normas, pois se entende que só assim as mesmas serão internalizadas como deveres (BARROCO, 2009, p. 8).

No entanto, na vida cotidiana, a mesma tende a se objetivar de maneira alienada, reproduzindo assim julgamentos de valor, respondendo às necessidades mais imediatas e superficiais da singularidade individual. Na medida em que repete comportamentos que se fazem através de estereótipos

e preconceitos o indivíduo se empobrece moralmente, dando espaço assim para o moralismo e o *ethos* dominante.

Na sociedade burguesa, ao reproduzir os interesses de classes, a moral tende a desempenhar uma função ideológica através de mediações complexas, contribuindo para o controle social, através da transmissão de valores que visam à adequação dos indivíduos ao *ethos* dominante.

A ação ética é um processo de “generalização” de mediação progressiva entre o primeiro impulso e as determinações externas; a moralidade tornasse ação ética no momento em que nasce uma convergência entre o eu e a alteridade, entre a singularidade individual e a totalidade social. O campo da particularidade exprime justamente esta zona de mediações onde se inscreve a ação ética (TERTULIAN, 1999, p. 134).

Portanto, quando o sujeito, este motivado por condições sociais que convergem na direção de sua intervenção na realidade é motivado por valores emancipatórios, pode adquirir assim, possibilidade de estabelecer mediações com a sua particularidade, excedendo assim sua condição de sujeito ético.

## 2.2 A ÉTICA E O SERVIÇO SOCIAL

A ética profissional do Serviço Social é determinada pelo conjunto de possibilidades e necessidades, como também de demandas e respostas que o legitime na divisão social do trabalho da sociedade capitalista, marcando assim sua origem e sua trajetória histórica.

Nesse sentido, a ética se objetiva enquanto ação moral que se dá através da prática profissional, como normatização de deveres e valores através do Código de ética profissional, como teorização ética através da filosofia e teorias que fundamentam sua intervenção e reflexão e como ação ético-política. No entanto, vale salientar que sua realização depende de uma

série de determinações, não se constituindo assim na mera reprodução da intervenção dos sujeitos<sup>2</sup>.

Nenhuma profissão pode garantir a legitimação de sua ética a partir de seu código, o que seria afirmar uma concepção ética legalista e formal. Trata-se de uma questão de consciência ética e política cuja ampliação requer estratégias da categoria profissional, no sentido de mobilização, de incentivo a participação, à capacitação, de ampliação do debate e de acesso à informação (BARROCO, 2006, p. 15).

Assim, embora a ética possa se dar de maneira alienada, a mesma pode se dar também favorecida por condições sociais e diante de motivações coletivas ser direcionada a uma intervenção consciente realizadora de direitos, valores que venham a responder as necessidades dos usuários, desenvolvendo assim uma intervenção que se articula a uma práxis política motivada pela ultrapassagem dos limites e plena expansão da liberdade.

O Serviço Social passa a compreender que a ética é um elemento, constituinte e constitutivo do processo de formação profissional, pois respalda e subsidia as disciplinas teóricas e metodológicas, evitando assim que o Serviço Social, o código de ética, o agir e a postura profissional se separem. Assim reafirma Barroco (2009, p. 6):

A ética profissional é uma dimensão específica do Serviço Social, suas determinações são medidas pelo conjunto de necessidades e possibilidades, de demandas e respostas que legitima a profissão na divisão social do trabalho da sociedade capitalista, marcando a sua origem e a sua trajetória histórica.

Aqui, a ética passa a se apresentar enquanto uma capacidade humana fundada na liberdade, de escolha, no entanto sua autonomia implica na racionalidade crítica capaz de ultrapassar aquilo que se repete constantemente.

Para Marx, a liberdade se apresenta através da participação dos indivíduos sociais na riqueza humana genérica construída através de sua história “a humanidade será livre quando todo homem particular possa

---

<sup>2</sup> A análise da ética profissional, segundo o referencial aqui tratado, pode ser encontrada em Barroco (2006).

participar conscientemente na realização da essência do gênero humano e realizar os valores genéricos em sua própria vida, em todos os seus aspectos” (MARX apud HELLER, 1977, p. 217).

### 2.3 O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

Historicamente, desde seu surgimento, o Serviço Social se configurou enquanto uma profissão, fortemente influenciada pelo conservadorismo moral e político existente na época. No Brasil vemos uma clara influência desse conservadorismo entre o primeiro código de ética do Serviço Social criado em 1947 e o de 1986, quando se rompe a concepção tradicional.

A denúncia do Conservadorismo do Serviço Social não surgiu repentinamente – na verdade, desde a segunda metade dos anos sessenta (quando o movimento de reconceituação que fez estremecer o Serviço Social na América Latina deu seus primeiros passos) aquele conservadorismo já era objeto de problematização. O trânsito dos anos sessenta aos oitenta, porém, situou essa problematização num nível diferente na escala em que coincidiu com a crise da ditadura brasileira, exercida, desde 1º de abril de 1964, por uma tecnoburocracia civil sob tutela militar a serviço do grande capital (NETTO, 1999, p. 9).

Nesse sentido, os Códigos de ética do Serviço Social foram construídos de acordo com a realidade vivida pelo país em cada época, e suas mudanças se deram no sentido de adaptar este as mudanças que ocorrem na sociedade dia após dia.

A adesão dada a um determinado projeto profissional, bem como as suas dimensões ético-políticas, supõe decisões de valor inscrito na totalidade de papéis que legitimam a relação entre o indivíduo e a sociedade, uma vez que nem sempre os papéis sociais bem como as atividades desempenhadas pelos indivíduos estão em concordância. Quando não estão, instituem conflitos morais, que ocorrem quando os valores podem ser negados, reavaliados ou reafirmados.

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem da profissão, elegem valores que a legitimam socialmente e

priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços com outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas, públicas, entre estas também e destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais (NETTO, 1999, p. 95).

Os projetos profissionais são estruturas dinâmicas, que respondem as mudanças do sistema de acordo com as necessidades sociais na qual a profissão opera. Assim, a construção dos projetos profissionais se dá de forma mutável, uma vez que a mesma tende a atender aquilo que lhe é apresentado, fazendo com que cada projeto se adeque a cada realidade.

Na busca pelo rompimento com o Conservadorismo que cercava a profissão, o projeto ético-político do Serviço Social começou a tomar novos passos no final dos anos 1970 através do movimento de reconceituação, que teve seu marco político no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em 1979 na cidade de São Paulo, quando de forma organizada, uma vanguarda profissional deu novo rumo à história do Serviço Social brasileiro ao destituir a mesa de abertura composta por nomes oficiais da ditadura, trocando-as por nomes advindos do movimento dos trabalhadores. Esse congresso ficou conhecido como o “Congresso da Virada”. No entanto, a consolidação do projeto ético-político só se deu de fato na década de 1990, explicitando a maturidade da profissão.

Todavia, a articulação necessária para a construção de um projeto profissional hegemônico se fez de maneira complexa, uma vez que exigiram recursos políticos organizativos, processos de debate e organização por parte do corpo profissional, debates, elaborações e investigações teórico-práticas.

Dessa forma, o projeto profissional da profissão se concretiza através do Código de ética, este caracterizado enquanto um conjunto de valores e princípios, normas morais, direitos, deveres e sanções, capaz de orientar o comportamento individual dos profissionais, guiando a regulamentação de suas relações éticas com a instituição de trabalho, com os demais profissionais, com os usuários e entidades pertencentes à categoria profissional se materializando

através do Código de ética de 1993, da Lei de Regulamentação da Profissão (n. 8.662) de 7 de junho de 1993 e das Diretrizes Curriculares que orientam os cursos de Serviço Social no Brasil de 1996.

## 2.4 OS CÓDIGOS DE ÉTICA DO SERVIÇO SOCIAL

O primeiro código de ética que deu norte ao desenvolvimento da prática do assistente social foi aprovado em 29/09/1947. O mesmo traz que a moral ou a ética podem ser descritas como as ciências dos princípios e normas que devem ser seguidos para se fazer o bem e evitar o mal. Nesse sentido, “a moral aplicada a uma determinada profissão é denominada de ética Profissional, em que esta relacionada ao Serviço Social recebia o nome de “Deontologia do Serviço Social” (CFESS, 2012, p. 2)

A importância da Deontologia do Serviço Social provém do fato de que o Serviço Social não trata apenas de fator material, não se limita à remoção de um mal físico, ou a uma transação comercial ou monetária: trata com pessoas humanas desajustadas ou empenhadas no desenvolvimento da própria personalidade.

Sua importância se fez presente no fato de que o Serviço Social não é responsável apenas por tratar de fatores materiais, não se limitando apenas a remoção de um mal físico. Trata-se de uma relação com pessoas “desajustadas” ou empenhadas no desenvolvimento da própria personalidade, exigindo do Assistente Social uma formação de segurança em todos os âmbitos.

Dentre os deveres do Serviço Social no referido código, percebe-se uma visão profissional ainda voltada para práticas de cunho religioso, a exemplo do que o mesmo trás em sua seção I dos deveres fundamentais do Assistente Social, apontando que o mesmo deve cumprir os compromissos assumidos, respeitando dessa forma a lei de Deus bem como a lei do homem, usando como inspiração seus atos profissionais no bem comum e nos dispositivos da lei, tendo sempre em mente o juramento que foi prestado diante do testemunho de Deus.

Posteriormente a este código, o Serviço Social passa a adotar o código profissional aprovado em 8 de Maio de 1965 que considerava a formação profissional enquanto um fator essencial em qualquer profissão. Nesse sentido, o Código de ética de 1965 era tido como um importante instrumento de orientação e apoio para o desenvolvimento do agir do Assistente Social.

O mesmo, ainda, coloca que somente à luz de uma concepção de vida que se baseia na natureza e destino do homem faria com que o Serviço Social poderia de fato desempenhar seu papel de acordo com a complexidade existente no mundo moderno.

O Código de 1975, aprovado em 30 de Janeiro, traz em sua construção a concepção de que a regulamentação do exercício profissional de qualquer profissão, deve se constituir de determinados fatores essenciais para o bom desempenho do agir profissional, a exemplo de um conjunto de conhecimentos que se aprimoram, bem como de técnicas que sejam baseadas no mesmo.

Ele traz que a profissão é muito mais do que um trabalho orientado para a subsistência de quem o exerce, ele se faz enquanto um dos fundamentos da estruturação da sociedade. Em seu aspecto sociativista, a organização profissional acaba por representar um significativo instrumento de defesa social.

O Código de ética aqui é tido como a estruturação legal sobre a qual se constitui e se realiza o Serviço Social enquanto profissão. A essência desse código esta na garantia do respeito aos direitos humanos e fidelidade ao interesse social.

Posteriormente a esses Códigos, tivemos o de 1986, aprovado em 09 de Maio, este advindo da necessidade de superação da perspectiva que coloca os valores éticos como universais e a cima dos interesses de classe em que se divide a sociedade. Essa necessidade de se criar um novo Código de ética também se deu, na medida em que o antigo Código, não mais refletia sobre os interesses da categoria, como também as exigências da sociedade.

Na década de 1980 a construção do projeto profissional ganhou mais força através das lutas democráticas e pela reorganização política dos trabalhadores e movimentos sociais que favoreceram a participação cívica e política dos profissionais do Serviço Social, ampliando assim sua consciência.

Esse processo também foi responsável por propiciar o confronto teórico e ideológico entre tendências e a luta por hegemonia entre diferentes projetos profissionais e societários.

Nesse período, a categoria profissional, inserida no movimento das lutas no processo de transformação da sociedade, passa a exigir também uma nova ética por parte dos profissionais, voltada para a reflexão acerca da vontade coletiva e não de um grupo, superando assim a perspectiva – histórica, onde os valores eram tidos como universais acima do interesse de classe.

Os anos 1980 apontaram a maturidade teórica e política que a profissão estava adquirindo, esta evidenciada na organização político-sindical da categoria, na produção teórica, e com sua capacidade crítica de interagir com outras áreas do conhecimento através da pesquisa “de vertentes críticas com destaque para as inspiradas na tradição marxista” (NETTO, 1999, p. 102).

A nova ética adotada nesse Código foi resultado da inserção da categoria profissional nas lutas da classe trabalhadora e conseqüentemente de uma nova visão da sociedade brasileira.

No Código de 1986, os princípios e diretrizes nele apresentados, norteiam a prática profissional sob a forma de direitos, deveres e proibições que encaminham a prática profissional em articulação com as lutas de classes.

Esse processo foi responsável pelo surgimento de um novo *ethos*, marcado pela negação ao conservadorismo antes eminente na profissão e pela afirmação da liberdade, onde os valores e princípios foram se reafirmando na vida cotidiana através da participação política e cívica, do enfrentamento das novas necessidades, escolhas e posicionamentos de valor, da incorporação de novos referenciais ético-morais entre outros fatores.

Foi assim que o compromisso com a classe trabalhadora passou a ganhar força e desponta como valor ético-central, orientando assim o posicionamento dos setores organizados da categoria.

Nesse contexto, o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, passa a ser o marco ético e político apropriado no processo de reformulação do

código de ética em 1986, código este que foi o primeiro a romper com o conservadorismo existente nos antigos Códigos de Ética Brasileiros.

### **3 O ATUAL CÓDIGO DE ÉTICA DO SERVIÇO SOCIAL**

Ao falarmos no Código de Ética, aprovado em 13 de Maio de 1993, não podemos deixar de enfatizar que este se fez após a revisão feita no antigo Código de 1986 que se deu em dois níveis, reafirmando dessa forma os seus valores fundamentais como a liberdade e a justiça social. Ambos foram articulados a partir da exigência de democracia que era tomada enquanto valor ético-político central na medida em que este era o único padrão existente de organização político-social capaz de assegurar de fato a explicitação dos valores essenciais de liberdade e equidade (CFESS, 1993).

Cabe salientar que, a democracia nesse sentido, é tida como algo que favorece a ultrapassagem das limitações impostas pela ordem burguesa no tocante ao desenvolvimento da cidadania plena, bem como dos direitos e garantias individuais e sociais, como também no tocante a autonomia e autogestão social.

Posteriormente, procurou-se analisar a normatização do exercício profissional de modo a permitir que os valores ali postos fossem retraduzidos no relacionamento entre assistentes sociais, instituições e a população, preservando também os direitos e deveres profissionais, a qualidade dos serviços e a responsabilidade perante os usuários, assim como posto pelo Código em seu Capítulo II (Da relação com as instituições empregadoras e outras) art 7º- Constituem direitos dos Assistentes Sociais:

Dispor de condições de trabalho condignas seja em entidade pública ou privada de forma a garantir a qualidade do exercício profissional; Ter livre acesso a população usuária; Ter acesso a informações institucionais que se relacionam aos programas e políticas sociais e sejam necessários ao pleno exercício das atribuições profissionais; Integrar comissões interdisciplinares de ética nos locais de trabalho do profissional, tanto no que se

refere à avaliação da conduta profissional, como em relação às decisões quanto às políticas institucionais (CFESS, 1993, p. 6).

A revisão sofrida pelo Código de 1986 que ocasionou a criação do atual Código de ética partiu da compreensão de que a ética deve se fundamentar na ontologia do ser social onde os valores serão determinações da prática social, esta, resultado da atividade criadora típica no processo de trabalho (NETTO, 1999).

É mediante ao processo de trabalho que o ser social passa a se constituir, dispondo de capacidades teleológicas, projetivas e conscientes.

A concepção de sociedade apresentada nesse código se baseia naquela em que se propicia aos trabalhadores um pleno desenvolvimento para que se vivenciem novos valores evidenciando assim, a eliminação de todos os processos de exploração, opressão e alienação. Aqui fica claro que o projeto profissional se encontra intimamente ligado ao projeto social, cabendo assim, se pensar a ética.

O código de 1993 atribuiu maior amplitude política a atuação profissional, através da incorporação dos valores já existentes por parte dos profissionais, valores que se fundamentam em uma definição mais abrangente de compromisso com seus usuários, tendo como base a liberdade, democracia, cidadania, justiça e igualdade social.

O atual código se insere no âmbito do Serviço Social como um instrumento político, tendo como objetivo a realização do exercício profissional. Nesse sentido, o atual código que rege o agir profissional do Assistente Social é constituído por um projeto profissional vinculado à construção de uma nova ordem social, sem dominação e exploração de classes sociais, bem como a luta da classe trabalhadora. Seus princípios fundamentais são:

- Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;

- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas a garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando no respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero;
- Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste código e com a luta geral dos trabalhadores;
- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questão de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física (CFESS, 1993).

Seus princípios, que se fundamentam na igualdade e na justiça social, vão de encontro com o preconceito, a discriminação e desigualdade agravados com o Neoliberalismo, bem como as condições de trabalho se fazem de forma precária.

### 3.1 AS IMPLICAÇÕES E OS DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA PRÁTICA PROFISSIONAL

O desenvolvimento da prática profissional do assistente social se faz frente a inúmeros desafios, que por sua vez se chocam ao que é posto no Código de Ética.

A partir da década de 1980 passam a acontecer inúmeras transformações na sociedade em decorrência do capitalismo que a cada vez mais passa a dominar o mundo do trabalho, como também nas instituições burguesas que passam a se reestruturar aos moldes dos princípios neoliberais, apresentando um cenário perverso no que compete aos direitos humanos e sociais.

O contexto apresentando a partir de então traz consigo a perda dos direitos, historicamente, conquistados, aonde as condições necessárias para assegurar a manutenção da vida humana não estão sendo garantidos. O desemprego, a pobreza, a desregulamentação do trabalho e proteção social, o agravamento da exploração, a degradação ambiental, a violência são apenas alguns dos cenários que se apresentam frente a essa nova política e frente aos inúmeros desafios que se apresentam para o serviço social.

Nesse contexto surge a indagação de como o profissional se vê defrontado com as diversas expressões da questão social, mediante a necessidade de participar e investir na construção de propostas e políticas sociais públicas para o enfrentamento dos alarmantes níveis de miséria que vem afetando parcelas cada vez mais expressivas da população brasileira (IAMAMOTO, 2007, p. 104).

No cenário atual, este regido pela política Neoliberal um dos maiores desafios enfrentado pela Profissão é o de redescobrir alternativas e possibilidades para o desenvolvimento de seu trabalho profissional. Traçar meios para a formulação de propostas que façam frente à questão social, hoje cada vez mais presente em nossa realidade. É nessa tensão entre rebeldia e resistência que trabalham os assistentes sociais, “situados nesse terreno movidos por interesses sociais distintos, os quais não é possível deles abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade” (IAMAMOTO, 2007, p. 27).

De acordo com o atual código, em seu artigo 2º (Título II – Dos direitos e das responsabilidades gerais do Assistente Social) são direitos dos Assistentes Sociais:

- Garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão e dos princípios firmados nesse código;
- Livre exercício das atividades inerentes a profissão;
- Participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais;
- Inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional;
- Desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional;
- Aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios deste código;
- Pronunciamento em matéria de sua especialidade, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse da população;
- Ampla autonomia no exercício da profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções;
- Liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardando os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos (CFESS, 1993).

Embora esses pontos se apresentem de maneira bem clara, sabe-se que a realidade hoje vivida apresenta um cenário bem diferente, aonde o trabalho do Assistente Social é perpassado por conflitos e interesses das classes antagônicas. Aqui, as condições que abrangem o trabalho do Assistente Social expressam a dinâmica das relações existente na sociedade. Nesse sentido, acrescenta lamamoto (2007, p. 23)

Esse modo de vida implica contradições básicas: por um lado, a igualdade jurídica dos cidadãos livres é inseparável da desigualdade econômica derivada do caráter cada vez mais social da produção, contraposta a apropriação privada do trabalho alheio. Por outro lado, ao crescimento do capital, corresponde a crescente pauperização relativa do trabalho. Essa é a lei geral da produção Capitalista, “que se encontra na gênese da questão social” nessa sociedade. ?

É nesse sentido, que o Código de ética nos indica um rumo ético-político, um horizonte para o exercício profissional. O desafio é a materialização dos princípios éticos na cotidianidade do trabalho, evitando que se transformem em indicativos abstratos, descolados assim do processo social. O mesmo afirma o compromisso com a liberdade, este como valor ético central.

O Serviço Social encontra nas políticas sociais as bases de sustentação da sua profissão, uma vez que a intervenção do Estado frente à questão social institui o espaço sócio-ocupacional na divisão social e técnica do trabalho, bem como seu mercado de trabalho, enquanto trabalhador assalariado, sua intervenção profissional só se realiza mediada por organizações públicas ou privadas.

Dado seu caráter assalariado e considerando que a intervenção profissional só se realiza mediada por organizações públicas ou privada, “a profissão acaba sendo condicionada pelo tipo, pela natureza, pelo formato, pela modalidade de atendimento das sequelas da questão social pelo Estado burguês” (GUERRA, 2012, p. 6).

Outro grande desafio enfrentado pela categoria profissional é que, embora o serviço social seja regulamentado enquanto uma profissão liberal, o mesmo não se realiza como tal, uma vez que o assistente social não detém de todos os meios necessários para a efetivação do seu trabalho: financeiro, técnicos e humanos necessários ao exercício profissional, fazendo com que o mesmo se enquadre nas relações de compra e venda da força de trabalho, uma vez que grande parte do desenvolvimento de seu trabalho se dá através dos recursos mobilizados pelas instituições que o contrata.

Nos locais de trabalho é possível atestar o crescimento da demanda por serviços sociais, o aumento da seletividade no âmbito das políticas sociais, a diminuição dos recursos, dos salários, a imposição de critérios cada vez mais restritivos nas possibilidades da população ter acesso aos direitos sociais, materializados em serviços sociais públicos (IAMAMOTO, 2012, p. 18).

Segundo Guerra (2012), o reordenamento das políticas sociais, no atual contexto de política neoliberal, condiciona novas determinações aos

assistentes sociais, de modo que tais determinações rebatem de forma particular no Serviço Social, pois alteram as condições de trabalho dos assistentes sociais, suas demandas, valores, critérios, padrões societários e respostas profissionais.

Por fim, vale salientar que toda prática profissional deve se basear em algo concreto que a fundamente, fazendo com que a mesma não acabe por se construir enquanto o exercício da “prática pela prática”. Através do Código de ética, o profissional deve se apresentar enquanto um ser ético no dia a dia do agir profissional, desenvolvendo assim seu exercício a fim de procurar atender as necessidades impostas pela sociedade e principalmente pelos usuários de seus serviços.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As reflexões apresentadas nesse artigo tiveram por objetivo trazer uma discussão a cerca dos Códigos de ética que contribuíram para a construção e formação do Serviço Social desde seu primeiro código até o atual código promulgado em 1993.

Aqui é possível inferir algumas considerações acerca do atual código posto que esse representa a dimensão ética da profissão, tendo caráter normativo e jurídico, delineando parâmetros para o desenvolvimento do exercício profissional. O mesmo define direito e deveres dos assistentes sociais, buscando a legitimação social da profissão e a garantia da qualidade dos serviços prestados.

O Código de ética também, expressa a renovação e o amadurecimento teórico-político do Serviço Social e evidencia em seus princípios fundamentais o compromisso ético-político assumido pela categoria.

Todavia, vale salientar que o projeto ético político profissional que se concretiza não só através do Código de ética Profissional, como também

através da lei que regulamenta a profissão e das diretrizes curriculares, é um assunto de muitas discussões e indagações, posto que seu desenvolvimento se faça através das implicações ocasionadas pelos princípios Neoliberais. Vale ressaltar que, o Neoliberalismo, é tido enquanto uma política que visa a atender aos interesses do Capital e nesse sentido de torna mínimo para a questão social cada vez mais latente em nossa realidade.

## REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lucia S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos éticos do Serviço Social**. Curso de especialização à distância. Serviço Social 2009

CFESS. **Código de Ética dos Assistentes Sociais**. Brasília: CFESS, 1993.

CFESS: **Código de ética do Serviço Social de 47**, acessado em 30/11/2012 [www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_1947.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1947.pdf). Acesso em: 02/nov/2012.

Heller, A. *Sociologia de la vida cotidiana*. Espanha, Barcelona, Península, 1977.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: Trabalho e formação profissional**/ Marilda Villela Iamamoto, - 20. Ed. – São Paulo, Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na Cena Contemporânea**. Disponível em: [www.ebah.com.br/content/.../servico-social-na-cena-contemporanea](http://www.ebah.com.br/content/.../servico-social-na-cena-contemporanea). acessado em 30/11/2012.

GUERRA, Yolanda. **O Serviço Social frente a Crise Contemporânea: Demandas e perspectivas**. Disponível em: [www.assistentesocial.com.br/agora3/guerra.doc](http://www.assistentesocial.com.br/agora3/guerra.doc). Acessado em 01/12/2012.

LUKÁCS, Georg. **As bases Ontológicas da atividade humana**. Temas. São Paulo, Editora Ciências Humanas, 1979.

\_\_\_\_\_. "A ontologia de Marx: □ questões metodológicas preliminaresll. In NETTO, J. P. (org.) Lukács: Sociologia .São Paulo: Ática, 1981. (Coleção Grandes Cientistas Sociais; 20)

\_\_\_\_\_. O jovem Marx e outros escritos de filosofia. In: COUTINHO, Carlos Nelson; NETTO, José Paulo (Organização, Apresentação e Tradução). Rio de Janeiro: Pensamento Editora UFRJ, 2007 (Pensamento Critico, v. 9).

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético- político profissional frente a crise contemporânea** (Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social – Módulo I). Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD, 1999.

TERTULIAN, N. O grande projeto da ética, Ensaios Ad Hominen. São Paulo: Edições AD Hominen, 1999.